

Credores cobram e Collor promete ser duro com a dívida

Beatriz Abreu

BRASÍLIA — O presidente do comitê assessor dos bancos credores externos, William Rhodes, e o presidente do Citibank, John Reed, queixaram-se ontem ao presidente eleito Fernando Collor de Mello dos atrasos acumulados pelo país no pagamento do serviço de sua dívida externa. Collor, segundo informou a coordenadora do programa econômico de seu governo, Zélia Cardoso de Mello, presente ao encontro, reafirmou sua diretriz de evitar que os encargos da dívida comprometam o crescimento econômico. O presidente eleito deixou claro aos dois banqueiros que, tão logo tome posse, iniciará com a comunidade financeira internacional "uma negociação dura e soberana, mas uma negociação".

Assim que saíram da audiência de cerca de 40 minutos com o presidente, Rhodes e Reed encontraram-se com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para cobrar pessoalmente a fatura devida aos bancos, insistindo que seja feito pelo menos um pagamento simbólico antes da posse do novo governo. Ainda na reunião com Fernando Collor, que contou também com a participação do embaixador Marcos Coimbra, os dois banqueiros estavam preocupados em ouvir informações sobre o programa do novo governo.

O presidente eleito limitou-se a esboçar suas ideias sobre o combate à inflação e modernização da economia. Os representantes dos bancos credores criticaram o chamado Plano Brady sob o argumento de que a vantagem de redução da dívida proporcionada aos devedores pode ter como contrapartida o desinteresse dos credores em permanecer nos países. Collor retrucou que considera o Plano Brady uma alternativa válida para o problema do endividamento, evitando comprometer-se com qualquer promessa aos seus interlocutores. Não foi marcado novo encontro para a viagem do presidente eleito aos Estados Unidos.

Círculo — O encontro dos dois banqueiros com Mailson ocorreu de-

pois de três meses de tentativas infrutíferas dos credores de cobrar os pagamentos atrasados do país. Rhodes e Reed resolvem vir pessoalmente pressionar o ministro da Fazenda a realizar, antes da posse do novo governo, o pagamento simbólico de US\$ 230 milhões dos juros vencidos da dívida externa. O tema da suspensão dos pagamentos dominou os encontros de 45 minutos, com a ponderação constante de John Reed de que o Brasil deveria apresentar um "gesto positivo" à comunidade financeira internacional.

Os bancos credores, através do Citibank, vem exercendo crescentes pressões em torno de Mailson da Nóbrega para realização deste pagamento. "Trata-se de um problema do Citi", insistiu o ministro, nos últimos três meses, com todos os interlocutores de John Reed que transmitiam suas mensagens em favor da retomada dos pagamentos dos juros, mesmo que simbólicos. A interpretação entre os assessores do governo é de que John Reed pretende, com este gesto, manter a liderança do Citibank junto aos bancos credores. Reed chegou ao ponto de contactar empresários e banqueiros com bom trânsito junto a Mailson para atuarem como fio condutor das pressões que partiam de Washington.

No dia 16 de novembro, o próprio Reed, aproveitando uma viagem à Argentina, acabou vindo ao Brasil para conversar com o ministro da Fazenda. O encontro, na época, foi mantido em sigilo para evitar o constrangimento de um banqueiro internacional e maior credor do Brasil estar no país pressionando por receber seus dólares um dia após as eleições presidenciais de primeiro turno. O fato é que, a partir deste encontro, as pressões se intensificaram, provocando irritação em Mailson. "O John Reed e o William Rhodes não precisam de interlocutores. Falam diretamente com o ministro", comenta um de seus assessores.

Reservas — O encontro de ontem no Ministério da Fazenda envol-

veu, também, rápida discussão sobre a conjuntura da economia brasileira. "A inflação está elevada, mas sob controle", relatou Mailson. Falou das medidas de ajuste de curto prazo, como a política de taxas de juros reais (acima da inflação) adotada pelo governo para afastar o "mal maior", a hiperinflação.

Sempre com a preocupação de justificar e explicar porque o governo insiste na suspensão dos pagamentos dos juros da dívida externa, Mailson recorreu a uma constatação, na sua avaliação, elementar: só foi possível manter a economia estabilizada, evitando o descontrole, porque o país conquistou um nível satisfatório nas suas reservas cambiais, atualmente da ordem de US\$ 7,2 bilhões. Da mesma forma, justificou o atraso no pagamento dos US\$ 980 milhões devidos ao Clube de Paris. "A disponibilidade das reservas cambiais ditará o cronograma do desembolso para cobrir a dívida com o Clube de Paris", como ponderava ontem o secretário para Assuntos Internacionais, Sérgio Amaral, que também participou da reunião com John Reed e William Rhodes.

"Os bancos credores entendem a situação do Brasil. Mas seria interessante realizar o pagamento para assegurar maior tranquilidade aos bancos", devolveu o chairman do Citicorp. Reed relatou a Mailson e seus assessores as preocupações da comunidade financeira internacional com os atrasos no pagamento dos juros da dívida externa brasileira, que podem atingir "volume significativo". Sua proposta é de que o governo brasileiro, em um gesto de "boa vontade", efetue o pagamento dos juros referentes à parcela de *dinheiro novo* de US\$ 5,2 bilhões concedido pelos bancos no acordo firmado em julho de 1988. A parcela representa, nas contas brasileiras, US\$ 230 milhões, já que dos US\$ 5,2 bilhões o Brasil só recebeu US\$ 4,6 bilhões. O restante, os bancos devem aos cofres brasileiros.



John Reed: é melhor pagar



Rhodes: muitas pressões

Arquivo

A situação com os credores

■ Os principais negociadores da dívida externa não têm, ainda, a programação do nível de atrasos que será acumulado até março, com a posse do presidente eleito Fernando Collor de Mello. Mas um dado é certo: o ano passado foi encerrado acumulando um atraso no pagamento a credores e retenção de remessa de juros, lucros e dividendos de US\$ 4,6 bilhões. Acredita-se que, somente com os bancos, os juros vencidos e não pagos em dezembro somam cerca de US\$ 3 bilhões e chegarão aos US\$ 5 bilhões, em março. A situação com os credores internacionais é a seguinte:

Bancos Credores — O governo firmou um acordo em julho de 1988. Ficou acertado que o país receberia US\$ 5,2 bilhões. Deste total, foram desembolsados US\$ 4,6 bilhões. Os bancos devem US\$ 600 milhões, porque não houve entendimento com Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. O Brasil, por sua vez, adotou uma moratória branca em setembro, acumulando atrasados de US\$ 3 bilhões. Em março, uma nova parcela de cerca de US\$ 1,5 bilhão estará vencendo.

FMI — O Brasil não conseguiu cumprir o acordo com o FMI. O programa de desembolso atingiria recursos da ordem de US\$ 1,2 bilhão, dos quais apenas cerca de US\$ 300 milhões efetivamente

ingressaram no país. Depois do descumprimento das metas acertadas para o déficit público no ano passado, as negociações foram postergadas e um novo acordo somente ocorrerá com a nova equipe econômica.

Banco Mundial — O governo tem negociado dois empréstimos setoriais com o BIRD no valor de US\$ 1 bilhão. Um deles trata da reestruturação do sistema financeiro e o outro das novas normas comerciais para o país. O desembolso não aconteceu, porque a instituição suspendeu as negociações de empréstimos setoriais até que a economia brasileira apresente resultados mais favoráveis. Um acordo com o FMI, avaliando a nova política econômica, pode ser a peça fundamental para a conclusão destes contratos.

Governo japonês — O Brasil aguarda, também, a liberação dos recursos do Fundo Nakazone da ordem de US\$ 1,5 bilhão. Os japoneses, no entanto, só vão acender o sinal verde quando o governo fechar um acordo com o FMI.

Clube de Paris — O governo está em atraso com US\$ 980 milhões. Uma parcela de cerca de US\$ 200 milhões estará vencendo em abril. A estratégia é manter a regularidade dos pagamentos com esta instituição oficial, porque são créditos de governo a governo, que não devem ser suspensos.